

GT48: Infraestruturas na antropologia: perspectivas teóricas, etnográficas e políticas

Alex Giuliano Vailati, Maria Raquel Passos Lima

Desde que a noção de infraestrutura adentrou a discussão antropológica, passando a ser progressivamente submetida à perspectiva etnográfica, muitos debates se abriram num processo continuamente renovado. Geralmente pensadas como interligadas ao mundo urbano, as infraestruturas mediam fluxos e escalas translocais e transnacionais colocando pessoas, objetos e práticas em espaços de contato sob os quais sistemas políticos, econômicos e sociais operam. Há uma multiplicidade de agentes que produzem infraestruturas e mostram o caráter cotidiano de suas relações com o Estado, agentes corporativos privados, comunidades e outros grupos. Além disso, infraestruturas podem ser consideradas artefatos com formas específicas, que a análise antropológica pode explorar não só como representações do mundo, mas também como uma costura material na qual a dimensão estética está intimamente ligada à política. A discussão antropológica sobre infraestruturas traz o debate para a chave teórico-metodológica, ressaltando como sua definição depende de escolhas, de um foco e de recortes, configurando um processo reflexivo que pressupõe uma análise cultural, perspectivas econômicas, compromissos epistemológicos e políticos. O objetivo deste GT é mapear este campo em expansão, destacando e refletindo sobre etnografias e contribuições teóricas que, a partir de epistemologias e posicionamentos que remetem ao sul global, dialoguem com a mais ampla literatura antropológica produzida sobre infraestruturas.

Infraestruturas em ruínas: megaprojetos e destruição como projetos no Sul Global

Autoria: Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

No topo de uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro repousa uma gigantesca cisterna que abasteceria de água o morro inteiro, porém nunca foi ativada. Ela está interligada a canos que não se conectam, formando uma rede de encanamentos completamente funcional por onde nunca circulou água. Ano após ano essas estruturas se degradam contando com os vãos esforços dos moradores que tentam repará-la para um dia ser utilizada. O morro conta com uma subestação da empresa de água, porém no topo da favela diversas famílias sofrem com a cotidiana falta de água. Nesse local, "o cara da água", um morador que é também trabalhador da empresa, é o único responsável por fazer a água chegar na torneira dessas famílias. O manobreiro todos os dias tem que redirecionar água para esse local, onde portanto só há abastecimento em determinadas horas do dia, as vezes só em alguns dias da semana, ou simplesmente quando o "cara da água" pode. O topo do morro também sofre com a falta de coleta de lixo e constantes deslizamentos de casas quando chove muito, e seus moradores são frequentemente responsabilizados pelo Estado pela sua situação e instigados a deixarem a área, considerada "de risco". A aparente ilógica de propor projetos de urbanização, porém permitir que em determinados locais estruturas e serviços possam ser inativos, cortados ou abandonados pode ser compreendida a partir de determinadas racionalidades de governo em que materialidades são ao mesmo tempo produto e produtoras destes regimes. A proposta deste trabalho é refletir a partir de etnografias realizadas em processos de urbanização e renovação urbana no Rio de Janeiro em diálogo com a abordagem da antropologia das infraestruturas para compreender especificidades locais e regionais dos processos do fazer e desfazer cidade no Sul Global. Nas favelas, periferias e ocupações do Rio de Janeiro parece haver um continuum em que práticas de governo perpetuadas através da violência policial se estendem também pela violência infraestrutural, onde um regime de exclusão social é mantido sobre e através das infraestruturas. Propõe-se pensar como megaprojetos de urbanização andam lado a lado a processos de abandono e degradação na cidade e se é possível entender a própria destruição infraestrutural

como um projeto e modo de urbanização no Sul Global.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

